

RESENHA

CENTROS DE MEMÓRIA **UMA PROPOSTA DE DEFINIÇÃO** **MEMORY CENTERS** **A PROPOSED DEFINITION**

CAMARGO, Ana Maria; GOULART, Silvana. *Centros de memória: uma proposta de definição*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2015. 112 p. ISBN 978-85-7995-164-0.

HELOÍSA LIBERALLI BELLOTTO | Arquivista, professora doutora da Universidade de São Paulo.

Às indagações, tão presentes a instituições como a pessoas físicas, a respeito do que preservar, do que não preservar, do como e do porquê das escolhas pelo sim ou pelo não relativamente à guarda a longo prazo dos artefatos produzidos no decorrer de suas vidas e atividades, artefatos estes que são provas e testemunhos de suas origens e atuações, a estas indagações a presente obra de Ana Maria Camargo e Silvana Goulart é, certamente, uma rica resposta, clara e objetiva.

Fortemente calcado na larga experiência das autoras no campo dos acervos documentais, tanto institucionais quanto pessoais, o texto de *Centros de memória* apresenta cinco capítulos que são, de certa forma, independentes entre si, mas que acabam por desenhar um quadro bastante completo da identificação e justificativa da presença de tais centros nos meios os mais diversos: desde os corporativos até os artísticos, os culturais e os institucionais de variada ordem. Tal quadro acaba por levar o leitor a compreender a legitimidade e a utilidade desses centros, podendo ele contar ainda com a bibliografia bastante atualizada e precisa que acompanha cada capítulo.

Para acabar de vez com a falsa ideia, infelizmente ainda tão arraigada entre nós, de que esses centros são “entidades supérfluas, onerosas e condenadas à vida efêmera” (p. 14), Camargo e Goulart explicam onde residem o benefício e a vantagem daqueles “acervos heterogêneos”, plenos de “coisas desconexas”, outrora tão pouco compreendidos e pouco aceitos, sobretudo pelos altos comandos dos meios empresariais. Situação que começa a mudar.

O perfil de um centro de memória é logo absorvido pelo leitor a partir do primeiro capítulo, intitulado “Cada coisa em seu lugar: arquivos, bibliotecas e museus”, já que ficam claras

as afinidades e as diferenças entre as três categorias de instituições custodiadoras de documentos, não obstante as suas significativas interfaces.

Não faltou, no passado, a aplicação de “soluções híbridas” pelos profissionais da documentação, em geral originários da biblioteconomia, da arquivologia ou da museologia, quando se dispunham a organizar, classificar, descrever e difundir documentos existentes nesses centros. Isto, “na tentativa de ajustar mecanismos preexistentes às demandas de um novo tempo; discutir seu alinhamento com os órgãos que os criaram; e, por fim, apresentar os elementos que poderiam compor seu perfil institucional, de modo a torná-los viáveis e importantes” (p. 14).

O que nos é apresentado nesta obra vem coroar positivamente todos aqueles esforços. A metodologia ora oferecida resulta da experiência de longa data das autoras com a organização e com a lida em arquivos, bibliotecas, hemerotecas e centros de documentação.

Antes de chegarem, no terceiro capítulo, aos documentos propriamente ditos, Camargo e Goulart tiveram a preocupação de expor ao leitor o que chamaram de “lógicas contemporâneas”, fazendo-os assim entender a nova face das organizações e do trabalho, assim como a questão da circulação instantânea e do compartilhamento de informações propiciadas pelas novas tecnologias. Nesse sentido, surgem novas formas de gestão do conhecimento e, conseqüentemente, novos contornos da produção, da organização, da acumulação, da eliminação e da guarda dos documentos, em especial os não governamentais. E tudo isso pode estar no bojo dos centros de memória em sua “nova” roupagem.

Quando se chega ao terceiro capítulo, sugestivamente denominado “Entram em cena os documentos”, vê-se que os esclarecimentos antecedentes abriram caminho para o entendimento da heterogeneidade dos documentos típicos dos centros de memória e das interfaces que se estabelecem segundo a diferenciação entre as organizações a que pertencem.

No quarto capítulo, “Os centros de memória hoje”, é feito o diagnóstico da situação atual, usando como laboratório algumas organizações de porte no cenário econômico brasileiro, mostrando o que as motiva a implantar projetos de memória institucional; qual o perfil da equipe encarregada desses projetos; qual a linha de acervo pretendida; e quais as políticas internas para levar a cabo a necessária continuidade e manutenção do empreendimento.

“Desafios” é o título do quinto e último capítulo, e nele estão cuidadosamente explicadas, como numa grande síntese, a palavra *memória* (“que remete tanto à possibilidade de fixar, reconhecer e evocar experiências passadas quanto ao dispositivo, emprestado da informática, que permite receber, reter e restituir dados”) e a palavra *centro* (“sugere não apenas uma unidade de controle de operações, mas aponta também para a necessidade de evitar a dispersão”). Trata da essência do centro de memória, essência que é, afinal, o conjunto dos documentos. Discutem-se os procedimentos aos quais eles serão submetidos, tudo dentro do quadro da cultura organizacional no qual se insere o acervo.

O grande desafio aos profissionais comprometidos com tudo isso está cristalinamente assinalado: “Para que fique disponível e possa ser compartilhado, o acervo do centro de memória precisa ser organizado a partir dos mesmos referenciais que justificaram a produção (e, obviamente, a guarda) dos documentos que o integram. Em outras palavras, é da com-

preensão da trajetória da entidade que se extraem os principais elementos de organização do acervo” (p. 104).

A conclusão recebeu o inspirado título de “Ligando os pontos” e traça caminhos a seguir na operacionalização de um centro de memória, que deve estar dotado de pessoal qualificado para o tratamento de um acervo complexo, diversificado e com tantas implicações, de certa forma, estranhas a ele, mas não à organização a que pertencem.

As autoras prestam com essa obra a grande contribuição que se fazia necessária no meio dos profissionais da documentação no Brasil: a de bem definir os centros de memória e de atribuir a eles um lugar consistente e respeitável dentre as instituições detentoras de acervos documentais.

Recebido em 14/10/2015

Aprovado em 23/11/2015